

UM PARADIGMA INALCANÇÁVEL:
O MASCULINO E AS MASCULINIDADES EM
LIVRO DE UMA SOGRA (1895)

AN UNACHIEVEABLE PARADIGM:
MASCULINE AND MASCULINITIES IN
LIVRO DE UMA SOGRA (1895)

EDSON SALVIANO NERY PEREIRA¹
MÁRIO CÉSAR LUGARINHO²

1 Doutor em Letras (Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, USP). Professor colaborador na Universidade Estadual do Norte do Paraná, campus de Cornélio Procópio.

2 Professor Associado na Universidade de São Paulo.

Resumo: Neste artigo, investigamos as proposições para o masculino e o exercício das masculinidades em *Livro de uma sogra*, de Aluísio Azevedo (1895). Considerando o teor carnalizante dessa obra, interessa-nos observar o modo como, ao dar voz a uma narradora, a sogra, a obra promove certos tensionamentos nos modelos de masculinidade, reafirmando, por fim, o caráter idealizado, móvel e inalcançável da masculinidade paradigmática.

Palavras-Chave: masculinidades, Livro de uma sogra, Aluísio Azevedo, naturalismo.

Abstract: This article investigates the propositions for the masculine and the exercise of masculinities in *Livro de sogra*, by Aluísio Azevedo (1895). Considering the carnivalizing content of this work, we are interested in observing that, in giving voice to a narrator, the mother-in-law, the work promotes certain tensions in the models of masculinity, reaffirming, finally, the idealized, mobile, and unattainable character of paradigmatic masculinity.

Keywords: masculinities, *Livro de uma sogra*, Aluísio Azevedo, naturalism.

O quarto volume da coleção francesa, dirigida por George Duby, *História da Vida Privada* (1991), dedicado ao século XIX, focaliza com atenção a instituição da família burguesa, especialmente nos estudos de Michelle Perrot, nos quais destaca a maneira como o Estado nacional burguês interveio nas instituições sociais para a consolidação de sua autoridade.

Perrot (1991) chamou a atenção para o privilégio concedido à célula familiar, reconhecida como a instituição social que faria a mediação entre o Estado institucionalizado e os indivíduos. Perrot (1991) verificou, ainda, o esforço do Estado burguês francês em reconfigurar os arranjos familiares para o núcleo formado pelo par marido-esposa, acompanhado por seus filhos, de maneira que ficasse evidente que a constituição formal de uma família era baseada na celebração do contrato de casamento, nos laços de sangue e na autoridade inquestionável do esposo e pai. O núcleo familiar havia sido estabelecido, em bases legais, no Código Civil, de 1804, que previa, ainda, que na ausência do esposo-pai, uma outra figura masculina deveria ser nomeada pela Justiça, a fim de exercer essa função como tutor. Com isso, o Estado configurou o lugar solar, na sociedade burguesa, do masculino, tanto nos arranjos familiares, quanto nos círculos mais alargados da sociedade, cuja estrutura dependia dos homens e sem eles não se consolidava.

Posteriormente, Göran Therborn (2006), em seu estudo sobre a formação das famílias modernas, no

âmbito mundial, chamou a atenção para essa estrutura definida pela legislação francesa que se propagou por toda a Europa e Américas, atingindo, pelas intervenções coloniais, a África e a Ásia. A família nuclear, com o evidente protagonismo masculino, constituiu-se num paradigma “universal”, durante o século XX, vindo a ser o principal modelo reconhecido pela legislação de praticamente todos os países, mesmo que fosse levado em conta outros arranjos familiares tradicionais e o direito consuetudinário.

O Brasil, durante a sua consolidação como Estado nacional, não fugiu a essa regra, mesmo que, ainda, em fins do século XIX, sobrevivessem arranjos familiares estendidos na maior parte do Império e, posteriormente, da República. Escravista até 1888, e permanecendo essencialmente rural, por mais meio século ainda, a sociedade brasileira foi introjetando, paulatinamente, primeiro nos espaços urbanos, o modelo familiar burguês, vindo a se consolidar especialmente com a República e a edição do Código Civil Brasileiro, em 1916³.

O segundo volume da coleção brasileira, similar à citada coleção francesa, *A História da Vida Privada no Brasil* (1997), em seus vários ensaios, descreve o

3 O Código Civil Brasileiro, de 1916, estabelecia que o pátrio poder era exercido pelo pai, exclusivamente; a esposa-mãe só o exercia subsidiariamente ou na ausência do pai. O marido, pai, chefe de família era a autoridade máxima familiar, seu representante legal (art. 233, I); o administrador do patrimônio (art. 233, II), o detentor do direito de fixar e alterar o domicílio da família (art. 233, III), o detentor do direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência (artigo 233, IV); o responsável por prover a manutenção da família (art. 233, V).

processo de transição da estrutura familiar brasileira. Apesar de se verificar a formação da estrutura nuclear nos centros urbanos e nas classes mais abastadas, tanto rurais quanto urbanas, predominou durante os anos da Monarquia e as primeiras décadas da República o modelo de família estendida, à revelia da normatização religiosa e legal. A família estendida à brasileira, mesmo quando consideramos os aspectos da hibridização cultural e da mestiçagem, era primordialmente uma adaptação tropicalizada da família patriarcal, cujo modelo provinha da Europa feudal e aqui se estabilizou nos latifúndios. Neste arranjo familiar, o centro era ocupado pelo patriarca, o proprietário legal de terras, que exercia seu poder não apenas sobre os membros consanguíneos da família, mas sobre todos os agregados que, de alguma maneira, ocupavam ou dependiam do latifúndio (pessoas escravizadas, trabalhadores assalariados e suas famílias). Pela ordem colonial, na ausência de poder constituído formal, o latifundiário era o lugar-tenente do Rei, a ele cabendo a distribuição da Justiça, em nome do Rei. Com a independência, alterações mais significativas no *status quo* apenas se deram na legislação para a abolição da escravidão, e poucas modificações ocorreram no direito à propriedade ou na forma como a instituição familiar se organizava. Outras intervenções que reconhecessem os direitos individuais dos membros da família, por exemplo, apenas se deram

a posteriori, com a República, principalmente, após a Revolução de 1930.

A principal característica, no Brasil, das famílias rurais (ou localizadas nos mais distantes centros urbanos) era a sua constituição mestiça, especialmente nas pequenas e médias propriedades, onde o relacionamento, e as fronteiras, entre a casa grande e a senzala eram imprecisos, muitas vezes inexistindo. Sem a instituição do casamento formal (religioso, até 1890), parece ter sido comum proprietários de terra e de escravos amasiarem-se com mulheres escravas ou alforriadas, que permaneciam junto ao antigo proprietário, muitas vezes, sendo substituídas, sucessivamente, por outras mulheres mais jovens, sem, com isso, serem afastadas do convívio “familiar” (CASTRO, 1997, p. 337-384). Essa prática foi sendo abandonada nas concentrações urbanas, na medida em que a emigração europeia crescia, vindo a fortalecer a instituição formal da família nuclear e, conseqüentemente, o almejado processo de “embranquecimento” da população.

A Literatura Brasileira não deixou de registrar essa transição, mesmo que de maneira superficial ou mesmo parcial, na medida em que o comprometimento com a consolidação do Estado nacional e com os ditames da moral católica - religião oficial do Estado monárquico -, tenham predominado na sua formação. Se a produção romântica se notabilizou pela configuração dos paradigmas sociais burgueses, abraçadeira-

dos, mesmo com suas contradições, como nas obras de Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar e Bernardo Guimarães, ou mesmo em Manuel Antônio de Almeida, foi o nosso capítulo naturalista que mais deu atenção a esse processo, como no questionamento presente, em *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo (1857-1913), das relações inter-raciais e entre classes sociais, em que o amasiamento de João Romão e Bertoleza é risco e obstáculo ao seu casamento e conseqüente ascensão social.

Como crítica ao seu tempo, *O Cortiço* traça um quadro preciso e complexo das várias forças sociais e culturais que estavam em cena, durante a transição para uma almejada modernidade brasileira, que se alegorizava na República e que, por si, demonstrava o caos social com que o projeto de nação (e Estado) se defrontava no cotidiano urbano. O espaço rural e suas contradições apenas décadas mais tarde receberam a atenção devida, como se verificará, por exemplo, em *Gabriela, Cravo e Canela* (1958), de Jorge Amado (1912-2001).

O regime republicano, instalado em 1889, conseguiu promover o crescimento demográfico não apenas da Capital Federal, mas de outras cidades do centro-sul brasileiro, não somente pelo êxodo rural provocado pela abolição (1888) e pela intensa emigração europeia, portuguesa, particularmente, mas também pela oferta de melhores condições de vida e oportunidade de trabalho. No Rio de Janeiro, capital

da República recém-proclamada, José Murilo de Carvalho notou esse povoamento como

consequência do rápido crescimento populacional, o acúmulo de pessoas em ocupações mal remuneradas ou sem ocupação fixa [...] que viviam na fronteira tênue da legalidade e da ilegalidade, às vezes participando de ambas (CARVALHO, 1987, p.17).

A esse comentário, cabe acrescentar a observação de Luís Felipe de Alencastro e Maria Luisa Renaux, sobre o debate que percorreu o período monárquico em torno do investimento do Estado na contratação de mão de obra europeia:

Determinados a consolidar a grande propriedade e a agricultura de exportação, os fazendeiros e o grande comércio buscavam angariar proletários de qualquer parte do mundo, de qualquer raça, para substituir nas fazendas, os escravos mortos, fugidos e os que deixavam de vir da África. Preocupados, ao contrário, com o mapa social e cultural do país, a burocracia imperial e a intelectualidade tentavam fazer da imigração um instrumento de “civilização”, a qual, na época, referia-se ao embranquecimento do país (ALENCASTRO; RENAU, 1997, p. 293).

O período de transição e consolidação da República pode, então, ser percebido como o resultado dessas políticas que, mal implantadas, constituíram os agrupamentos caóticos encontrados nas cidades que cresciam. Acresce-se a isso a ausência de políticas

disciplinares de educação e saúde públicas que apenas no alvorecer do séc. XX viriam a ter lugar na pauta política nacional. Alencastro e Renaux (1997) sublinham, ainda, que a burocracia imperial e os primeiros governos republicanos reconheciam que, aqui, o Estado havia precedido a Nação e que esta ficava sempre adiada. Novamente, *O Cortiço* (1891) constitui-se como narrativa e testemunho desse tempo, ao lado de *Canaã* (1902), de Graça Aranha. Ambas as narrativas, apesar de transcorrerem em espaços diversos (o urbano no Rio de Janeiro, o rural no Espírito Santo), reconhecem que o “amontoamento” populacional de grupos étnicos, raciais, sociais e culturais diversos se constituía como a aporia nacional, cujo enfrentamento era continuamente adiado, permanecendo sem solução.

É nesse contexto nacional que, apesar da ausência de debate público, como viera a acontecer nas potências centrais europeias, desenvolveu-se uma forma de discussão de modelos de cidadania e civilidade, baseado na formulação de paradigmas claros e exemplares. A República, como sublinha Carvalho (1987), pareceu querer dar algum sentido a essa constituição social caótica, ao eleger a imagem do Tiradentes como herói nacional, numa clara oposição à tentativa de mitificação, pela Monarquia, da figura de Pedro I. Tiradentes encarnava uma emblemática mestiçagem racial, amalgamada a um sentimento altruísta pela constituição da nação brasileira, dado pelo sentido

sacrificial de sua execução. Mitificado, daria forma a uma necessária mística nacional, capaz de atrair para si os mais diversos indivíduos em busca de exemplos de serviço à nação. Apesar de haver poucas informações biográficas a seu respeito, não faltaram biografias que consubstanciassem a sua formação exemplar e sua dedicação a uma causa superior, que o alinhassem ao positivismo da República nascente. No entanto, a permanência e estímulo ao eugenismo, contraditoriamente exaltado pelos primeiros governos republicanos, atingiram mais fortemente não apenas a pequena burguesia nacional, mas, de forma mais abrangente, o imaginário nacional que se afastava da mestiçagem e investia fortemente no “embranquecimento” da população. Dessa maneira, o homem branco, ao contrário do que acontecera durante a Monarquia, passa a ser o indivíduo que aglutina as virtudes nacionais e passa a encená-las, na medida em que seu corpo traz as marcas visíveis da modernidade, superando, com isso, a decadência social e as aporias determinadas pela mestiçagem predominante.

Livro de uma sogra (1895), última publicação em vida de Azevedo, compõe, em conjunto aos romances *Casa de pensão*, *O mulato*, *O cortiço* e *O homem*, um importante panorama literário a respeito da vida no Brasil, nos finais do século XIX. Nessas obras de matriz naturalista, o cenário social é escrutinado, a fim de observar, analisar e apontar os costumes, relações, interesses e imposições da moralidade, seja da bur-

guesia brasileira, a pretensa “moderna” sociedade da corte, ou do insistente arremedo aristocrático das elites interioranas e coronelistas, nos rincões do Maranhão.

Muito embora Azevedo não propague um programa explícito para seus romances, como é o caso do escritor português Abel Botelho, por exemplo, o conjunto de sua obra revela um quadro crítico – literário e documental – do Brasil. O exercício de análise social ocorre ao mesmo tempo em que Aluísio Azevedo opera uma atualização da escola literária naturalista, dando ao movimento nuances abasileiradas. Conforme aponta Araripe Junior, em ensaio publicado em 1888, no solo brasileiro, “o naturalismo não podia deixar de passar por uma modificação profunda”. Tal modificação termina por desenvolver narrativas preocupadas em observar “uma sociedade que nasce, cresce, que aparelha, como a criança, para a luta”, diferente daquelas europeias – centenária, “um cadáver” – nas quais Zola e seus contemporâneos realizam a necropsia por meio da literatura (ARARIPE JUNIOR, 1960, p. 71). Em síntese, para o crítico, a tropicalização literária, operada por Azevedo, residiria na sua capacidade de trazer para seus textos não apenas a cor local, mas, com ela, a sensualidade, a vida e o amor.

Os traços apontados por Araripe Junior como constituintes de um naturalismo próprio à experiência brasileira, são os mesmos utilizados por seus contemporâneos, como José Veríssimo (1998), por

exemplo, para diminuir ou questionar o valor estético-literário das obras e autores vinculados à escola naturalista, no Brasil. Acusadas de torpes ou pornográficas, essas narrativas, no entanto, configuram-se, na atualidade, como um rico e vasto material para a compreensão do período histórico, social e cultural em que foram produzidas, ao mesmo tempo em que permitem lançar olhos sobre os processos e procedimentos de elaboração das performances relativas a um determinado gênero.

Se constatamos haver em Aluísio Azevedo – como acontece em Abel Botelho, Adolfo Caminha, Raul Pompéia, dentre outros – certa pungência normativa a respeito das experiências dissidentes ligadas ao gênero e à sexualidade, é impossível desprezar também o caráter iniciador desses autores quanto a tematização do corpo e dos processos de individuação dos personagens, esses ligados à experiência sexual e de gênero. Destacamos, assim, que não apenas a dissidência, mas também o conjunto que compõe determinada normatividade, passa a ser observado e avaliado, como é o caso no *Livro de uma sogra*, a partir do qual temos o masculino e a masculinidade como tópicos analíticos.

Livro de uma sogra é uma narrativa constituída por duas vozes, que buscam, cada uma a seu modo e atentas a seus propósitos, conceder veracidade ao extrato narrado. A obra divide-se em dois momentos: o primeiro narra a amizade do narrador, Leão da

Cunha, com Leandro de Oviedo; o segundo é o manuscrito deixado por Olímpia, sogra de Leandro e a quem se refere o título da obra. É no manuscrito que se desenvolve a maior parte da narrativa, revelando-se como a principal preocupação da obra: a proposição, experimentação e comprovação de uma tese: a felicidade conjugal entre homem e mulher.

Ao realizar uma autópsia da instituição casamento, a narradora de *Livro de uma sogra* não decreta a sua morte, diferente do que fazem outras narrativas onde o tema é também objeto de especulação.⁴ Em seu manuscrito, Olímpia demonstra uma consciência crítica bastante apurada, justificada por suas leituras bíblicas e filosóficas, sobretudo, no que tange ao caráter simbólico e comercial do matrimônio. Todas as possíveis considerações a respeito do casamento são lançadas ao leitor como justificativas das situações que levam tal instituição a seu fim. Do mesmo modo, a consciência da narradora sobre a natureza real do casamento possibilita uma série de experimentações calculadas, cujo propósito é garantir à sua filha um futuro agradável e sem sofrimentos amorosos.

Se observamos o *Livro de uma sogra*, tendo como ponto de partida a objetividade da observação, a

4 A exemplo, citamos o romance *O livro de Alda* (1898), do escritor português Abel Botelho, contemporâneo temporal de Aluísio Azevedo. Nesse romance, o futuro casamento de Mário com Branca é frustrado pela avassaladora paixão do protagonista por Alda, a prostituta referida no título. O que Botelho demonstra aqui são as consequências do descontrole do homem, frente às suas paixões. Em *O livro de Alda*, o casamento, ao seguir a idealização romântico-burguesa, é impossível, restando, ao fim, apenas a solidão e a morte.

experimentação das diversas situações e, por fim, a análise realizada, encontramos uma obra que atende, explicitamente, às balizas da escola naturalista francesa. Arriscamos afirmar que, nesse livro, Aluísio Azevedo não apenas cumpre com propriedade a todos os requisitos propostos por Émile Zola, em seu tratado sobre o romance experimental, bem como responde a alguns críticos do movimento, os quais, como aponta Leandro Thomaz de Almeida (2013) em seu trabalho de doutoramento, acusam as obras naturalistas de apresentar quadros que exaltam as torpezas, as deturpações e os vícios da sociedade e da moralidade burguesa. Tal crítica defende a valorização de outros quadros sociais, nos quais residem aquilo que consideram como bela natureza⁵.

De certo modo, esse segundo elemento aparece nas possibilidades construídas por Olímpia para sua filha. No entanto, nem a personagem Olímpia, tampouco o autor, parecem-nos ingênuos quanto à proposição da narrativa. Se a sogra aproveita de sua consciência para construir um casamento próspero

5 Beleza Suprema, bela natureza ou *belle nature* é o elemento procurado e não encontrado pelas primeiras críticas ao naturalismo e à produção de Émile Zola e seus contemporâneos. A ausência dessa parte da sociedade/natureza geraria uma suspeição do naturalismo, o qual, antes de ser entendido como objetivo, passaria a ser visto como parcial. Em sua tese, *Literatura naturalista, moralidade e natureza* (2013), Leandro Thomaz de Almeida recupera essas primeiras críticas ao movimento naturalista. O trabalho de Almeida, que teve como objetivo a análise da moralidade nos romances naturalistas e em sua crítica, demonstra não apenas a flexibilidade da compreensão de moralidade, evidenciando seus aspectos histórico, cultural e social, mas enfatiza os dogmas religiosos inseridos nos ditames a respeito da moralidade e da imoralidade, inclusive na crítica literária.

e, com isso, desmistificar a idealização romântica do matrimônio; Azevedo, por sua vez, desenvolve um romance que, ao utilizar da estética realista, zomba dela, como demonstra Ângela Maria Rubel Fanini (2007), para quem o excesso de objetividade, racionalidade e cientificismo disponíveis na narrativa terminam por construir um discurso carnalizante ao próprio naturalismo, isso porque a lógica mais iluminista não teria sido suficiente para “desalojar do poder a velha elite” (FANINI, 2007, p. 121). Ilustrando a proposição de Fanini, em última instância, o casamento, instituição baluarte da burguesia e de sua moral, mesmo autopsiado, verificados seus tumores e falácias, não é descartado do âmbito das relações sociais. Mantém-se a mesma estrutura, ainda que para isso tenha de se lançar mão de outros meios para garantir sua permanência. Desta forma, ainda que, de maneira aparente, Aluísio Azevedo desenvolva um quadro em que a “bela natureza” do casamento mantenha-se preservada, é deixado ao leitor a interpretação aprofundada do conjunto narrado, em atitude semelhante àquela que se tem no desfecho de *O cortiço*.

Ao observar o casamento, compreendendo-o conscientemente como um arranjo social, Olímpia investe no exame das características que constituem tal instituição. Assim, não apenas o significado social do casamento, mas, principalmente, os lugares ocupados por marido e mulher, na esfera privada e pública, são escrutinados. Tal atitude termina por desenvolver

uma rede de significações sobre o homem e a masculinidade, considerados no contexto conjugal, mas não apenas.

De acordo com o *Dicionário da Crítica Feminista* (MACEDO; AMARAL, 2005), o termo “masculinidade” deve ser entendido como o conjunto de signos e significações atribuídos a uma pessoa, os quais são, no entanto, compreendidos inicialmente como singularidades do homem (ALMEIDA, 2005). Neste sentido, o autor do verbete, o antropólogo português Miguel Vale de Almeida, afirma a potencialidade metafórica da masculinidade, demonstrando como tais características são empregadas em diferentes contextos da vida social. Ter-se-iam, deste modo, adjetivações como “‘mulher masculina’, ‘gestos masculinos’, ‘valores masculinos’, ‘símbolos masculinos’” (ALMEIDA, 2005, p.123). Em “Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal” (1996), Almeida enfatiza a importância do contexto social, histórico e cultural para a compreensão e o exercício das masculinidades e das feminilidades. Registre-se, também, que embora os signos e significações da masculinidade estejam disponíveis, eles não são ajustáveis a todos, o que reflete a relação entre esses conceitos e os exercícios de poder e da capacidade de ação.

Como foi demonstrado em outra oportunidade (LUGARINHO, NERY PEREIRA, 2020), a capacidade de ação é um atributo destinado à masculinidade. Neste sentido, o labor, como a efetividade da ação, e o

ordenamento lógico, a intelectualidade, a garantia do progresso etc. são atividades compreendidas como masculinas, logo, destinadas aos homens. No entanto, em *Livro de uma sogra* não é o homem, ou o masculino, a exercer a observação, a experimentação, a análise criteriosa, a desenvolver a vida por meio da ciência, em última instância. É Olímpia – mulher, viúva, mãe, sogra – consciente de seu lugar social, cultural e histórico, quem mobiliza a estrutura e os agentes sociais a seu redor com a intenção de alcançar seus propósitos. A personagem não é apenas arguta, mas funcional, sabe utilizar-se do conhecimento acumulado por meio de suas observações e estudos da sociedade para organizar o seu meio, tornando-se uma espécie de soberana, obedecida sem questionamentos.

Sobre as relações desenvolvidas por Olímpia, nas quais explicita-se o exercício do poder, interessa-nos apontar que mesmo ocupando o lugar que seria destinado aos homens da família, a personagem não tem sua identidade de gênero questionada. É óbvio que tal feito lhe é permitido circunstancialmente por sua viuvez e pela ausência de um filho homem, mais velho que a irmã. Olímpia ocupa o lugar hegemônico, a partir de outra característica, a qual lhe servirá como identidade social: a de sogra.

Ainda que a autoidentificação como sogra ocorra de maneira definitiva apenas ao decidir sobre o futuro marido de sua filha (AZEVEDO, 1973, p.101), Olímpia justifica suas ações, desde o começo da narrativa,

a partir de sua nova forma de identificação. É importante perceber que essa identidade emerge exatamente a partir das características desqualificadoras da “sogra”. A personagem passa a requerer para si a posição de “serpente”, de “indesejada”, a que o genro, fazendo coro ao senso comum, lhe adjetiva (AZEVEDO, 1973, p. 153-155). Na narrativa, essa tomada de posição permite a ela o isolamento necessário à objetividade de seu experimento, uma vez que, sendo “sogra”, pode realizar as mais exigentes e diversas experiências com seu genro e sua filha, pondo à prova os sentimentos dos cônjuges e calculando as possibilidades de duração do matrimônio.

Desse exercício consciente de sua identidade emerge tanto a capacidade de agenciamento da personagem, por meio do qual mobiliza, inclusive, homens, como também a ironia no romance. É por meio da figura feminina que a experimentação do romance se desenvolve, tanto no plano da escritura quanto no plano da ação. O que se verifica é que, em *Livro de uma sogra*, Aluísio Azevedo não desenvolve apenas uma carnavalização do modelo literário naturalista a partir da sua própria estrutura, como apontou o ensaio de Fanini (2007), mas nele interfere também por meio da escolha da agente da ação narrativa.

Olímpia não economiza esforços para que suas ações sejam executadas e justificadas. Neste sentido, requer para seu manuscrito um entendimento para além das classificações literárias, ao afirmar, por

exemplo, “não sou romancista, nem estou fazendo literatura” (AZEVEDO, 1973, p.132). Isso demonstra uma necessidade de perícia científica, a partir da qual todo seu entorno é milimetricamente observado, questionado e, para ele, propostas novas alternativas, que recaem, sobretudo, nas relações de gênero desempenhadas pelos personagens e, principalmente, na criação de um modelo de masculinidade a partir do qual se dará o sucesso da instituição do casamento.

Olímpia observa os homens e o exercício da masculinidade a partir da figura do marido, construindo, desta forma, uma espécie de receita para o “bom marido”, expressão utilizada por ela diversas vezes. Com isso, desenrola-se uma noção prescritiva para o exercício da masculinidade, dentro e fora do matrimônio.

A discussão operada a respeito das performatividades de gênero, nesse romance, é executada a partir da visão da narradora, o que revela uma ideia de papéis para o masculino. O conceito de “papel masculino”, “papel do sexo masculino”, ou ainda, “papel sexual do masculino” tomava como base a naturalização do masculino como fixo, genérico e normativo, a partir do qual um único paradigma do masculino perfeito era norteador (CONNELL, 1995). Como explica R. Connell (1995) e Vale de Almeida (1996, 2005), dentre outros estudiosos das masculinidades, esse conceito torna-se obsoleto na medida em que não considera as complexidades do gênero, nem considera as relações

a partir do poder e da violência exercidas, seja entre o masculino e feminino, seja no âmbito da masculinidade. Justifica-se, no entanto, uma visada inicial a partir desses conceitos, de modo a não correr o risco de apresentarmos uma análise anacrônica do texto literário.

A preocupação da sogra é encontrar não apenas um bom marido, mas um homem que seja capaz de exercer o que ela, mediante o arranjo do casamento na sociedade burguesa, considera como exemplar:

E para ser um “Bom marido” convém que êle seja caseiro, metódico, pacato, previdente; que disponha de recursos para manter a família, e não tenha a menor ambição de nome. [...] “Bom marido” é um ser genérico e coletivo, que, por si só, particularmente, nada representa, e que não pode ser aproveitado, na cadeia dos interesses gerais da vida humana, senão como simples e obscuro elemento de procriação. Um bom marido é útil somente porque produz filhos.

Para ser um bom marido não pode o indivíduo ser “um homem de ação”, como não pode ser um “contemplativo”. Não pode ser um conquistador, um revolucionário ou um grande empreendedor, como não pode ser um poeta, um artista, um sábio.

[...] o “Bom marido”, na comunhão da vida inteligente e na obra do progresso do mundo, não tem lugar como homem, mas só como animal, e seu esforço só poderá ser aproveitado como passivo instrumento da vontade alheia (AZEVEDO, 1973, p. 42-43).

A descrição realizada por Olímpia revela, de certo modo, o caráter ficcional e metafórico, por meio do qual a masculinidade opera. Ao negar os aspectos

mais românticos da masculinidade – a contemplação, as artes, a literatura e a erudição –, bem como os aspectos da modernidade – a ação, a garantia do progresso –, a sogra termina por revelar um paradigma impossível de ser alcançado. A personagem não nega a constituição histórica e social na qual se insere, afirmando que “a humanidade produtora” avança a partir de dois esforços distintos, o da ação ou o do pensamento (AZEVEDO, 1973, p.43); no entanto, tal afirmação, seguida por suas prescrições, corroboram a ideia de inadequação do homem, no exercício do matrimônio, frente àquela sociedade e suas demandas, uma vez que o bom marido viria a requerer uma alta dose de discrição e de submissão ao lar (AZEVEDO, 1973, p. 43-44), o que, por sua vez, não se encaixa nas recorrências do masculino frente ao progresso e à modernidade.

Ao defender a devoção do marido ao lar, “um bom marido não deve ter pátria, nem idéias. A sua pátria é a casa” (AZEVEDO, 1973, p.43), mais uma vez o contraditório entre a performance do gênero e as expectativas sociais são explicitadas. Nossa constatação ganha relevo quando observamos os tipos masculinos viáveis para o casamento com Palmira. Assim, mesmo quando considera um oficial da marinha como pretendente ideal a marido de sua filha, Olímpia preocupa-se, exclusivamente, com as garantias que as obrigações do cargo dariam à manutenção do interesse conjugal:

[é] preferível um oficial da marinha em serviço ativo, porquanto o marinheiro leva no casamento duas vantagens sôbre os homens de outras profissões. A primeira porque o serviço de bordo ou em alguma fortaleza o obriga a afastar-se periòdicamente da esposa, cumprindo êle assim, por dever de ofício, com o higiênico preceito da Bíblia; a segunda porque os perigos da sua vida aventureira, a honra militar e a estética da farda, lhe dão certo brilho especial de antiburguesismo e um fascinante prestígio de altivez e denôdo que muito pesam nos interêsses do amor (AZEVEDO, 1973, p. 85).

Ao sobrepor os interesses do lar aos interesses patrióticos, Olímpia rasura a mais imediata, e, provavelmente, inconsciente das intersecções identitárias: a do masculino com a nação. Em seus estudos sobre o desenvolvimento das masculinidades modernas, George Mosse (2000) evidencia o processo de imbricamento entre a identidade de gênero e a de nacionalidade, durante o desenvolvimento e a consolidação dos estados nacionais. Isso se deu à medida em que a nação conclamava para si os ideais da masculinidade, como a honra, principalmente. Dessa forma, o masculino tornou-se a representação da nacionalidade. Tal processo termina, historicamente, por naturalizar essas relações identitárias, a ponto de torná-las invisíveis à historiografia e outras áreas da análise social (LUGARINHO, 2013, p. 17). A prescrição de Olímpia termina por gerar um paradoxo que, ao fim, comprova, de alguma maneira, a sua ideia. Se ao marido é necessário se afastar dos deveres patrióticos, sua

conformação identitária de gênero será comprometida. Logo, torna-se menos homem. Neste sentido, a obra revela a impossibilidade do exercício completo da masculinidade, pelo menos aquele previsto social e culturalmente para o “bom marido”, o que acentua o caráter metafórico da masculinidade.

Da figura do bom marido, então, emerge seu par antagônico, o “amante”, quem, segundo a metodologia de Olímpia, não é apenas mais feliz, mas é mais homem. No *Livro de uma sogra*, o amante é o senhor, enquanto o marido é o escravo (AZEVEDO, 1973, p. 48). Tal comparação nos parece não apenas suscitar a existência de um par de oposição ao marido, mas, com isso, a possibilidade de uma identidade ligada ao masculino, sem ser balizada pelo casamento. Aqui, o amante é a figura capaz de exercer a performance da masculinidade de maneira profícua e tendo sempre a garantia de felicidade. Para ele, os interesses pessoais não são apenas convenientes, como devem ser incentivados. Tudo aquilo negado ao bom marido, o homem domesticado, é incentivado ao amante: a vida pública, as ambições, as conquistas extraordinárias. Mesmo na relação conjugal, aos olhos de Olímpia, o amante acaba por se sair mais bem-sucedido do que o marido. Isso porque, se o marido deve compreender a sua esposa como uma igual, e com ela duelar do mesmo modo que duela com um sócio (AZEVEDO, 1973, p. 50), o amante não tem a mesma obrigação. De acordo com as observações de Olímpia, que vê as

mulheres romanas como mais felizes, porque “seus homens eram mais homens”, as esposas burguesas amam mais seus amantes porque veem neles uma figura altiva, para os quais devem “reduzir-se às ínfimas proporções de simples fêmea amorosa” (AZEVEDO, 1973, p. 50-51).

Atentemo-nos ao par marido-amante. Se ao exercício da masculinidade do segundo é incentivada a exposição, “a mulher mais ama o seu amante quanto mais êste avulta e cresce no conceito público” (AZEVEDO, 1973, p. 50), ao primeiro, como já demonstramos, certo grau de omissão é requerido. Não nos parece demais interpretar esse dado compreendendo esse apagamento da figura masculina como uma forma de levar o homem a domar a si próprio. Tal atitude, mais que um requisito da vida na sociedade moderna, é uma das tarefas a serem desempenhadas, de modo constante, pelos indivíduos masculinos. Como explica George Mosse (2000), o imperativo da masculinidade na modernidade requereu de seus agentes a docilidade das ações, a interdição dos atos violentos – disponíveis apenas para a manutenção da ordem do Estado – e o controle das paixões. Deste modo, entendemos as prescrições de Olímpia, no que tange à ocultação de escândalos, a atenção ao provimento sexual da esposa, considerando o ímpeto sexual da parceira, a obtenção de meios para a regulada subsistência da família e, por fim, a não perturbação da paz burguesa (AZEVEDO, 1973, p. 43), não apenas como uma

fórmula do bom marido, mas, de modo geral, como a transcrição das expectativas regulamentadoras do gênero. A não atenção a esses requisitos é responsável pelo fracasso do marido e, de modo mais abrangente, do exercício da masculinidade, ocasionando, como vemos em outros romances, a derrocada social e pessoal do homem⁶.

Sintomático das narrativas do século XIX, especialmente dos romances naturalistas, os aspectos corpóreos dos personagens comparecem de modo expressivo. Tais descrições são responsáveis por revelar a preocupação cientificista dessas narrativas – baseadas na compreensão de que um indivíduo com moral louvável era também detentor de um corpo admirável. Esse procedimento literário serve-nos à medida que possibilita depreender o modo como o exercício da masculinidade também esteve ligado a um modelo, material, e não apenas metafórico. No caso específico de nossa sociedade, destaca-se, ainda, o relevo dado ao eugenismo, ao esforço de aprimoramento da raça, ao apagamento e superação das mazelas da mestiçagem generalizada da população. Não apenas interessa o corpo forte e saudável de um homem, mas o corpo dotado das características mais visíveis da superioridade racial de origem europeia. Um homem mestiço seria reduzido à sua inferiorida-

⁶ Tratamos mais detidamente deste aspecto no ensaio “Masculinidades *fin de siècle*: a patologia do homem e da nação em *O barão de Lavos*, de Abel Botelho” (2020). Disponível em <http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/Olhodagua/article/view/710>. Acesso em 22 out. 2022.

de racial, mesmo que fosse dotado de características que contradissem essa condição inferior⁷.

Ao tratar das masculinidades, os estudos de Connell (1995) e Vale de Almeida (1996), do mesmo modo que Judith Butler (2003), ao tratar sobre gênero, dão ênfase ao corpo, compreendendo-o como a materialidade do gênero, ao apresentar social e historicamente suas potencialidades enunciativas. Da mesma forma, George Mosse (2002), ao discorrer sobre a constituição do homem moderno, enfatiza a criação de um modelo físico capaz de, ao mesmo tempo, representar a nação e garantir a sua segurança. Para tanto, era necessário otimizar um aparato que assegurasse o desenvolvimento físico dos homens, dentre os quais se destaca a rotina da ginástica. De modo sintético, ao longo do século XIX, a beleza masculina tornou-se sinônimo da masculinidade moderna (LUGARINHO, 2013).

No caso do *Livro de uma sogra*, o corpo de Leandro de Oviedo, o genro, é o que recebe maior atenção, sendo descrito tanto por Leão da Cunha, quanto por Olímpia. Na primeira descrição, realizada já na página inicial do romance, percebemos a utilização do corpo como característica complementar da boa índole do personagem:

7 O longo questionamento de Cruz e Souza em seu poema em prosa “O emparedado” (*Evocações*, 1898) explicita a contradição presente nesse projeto de homem e civilização.

Leandro foi sempre um rapaz bem equilibrado: coração generoso, caráter sério, inteligência regular, sobriedade nos costumes e tino para arranjar a vida. Do nosso grupo era êle o mais m^oço e também o mais forte e bem apessoado. Tinha excelente educação física, adquirida num colégio da Inglaterra; conhecimento perfeito de esgrima e jogos de exercício; destreza de montaria e plena confiança em seus músculos (AZEVEDO, 1973, p. 14).

A descrição de Leão nos permite visualizar não apenas a explícita ligação entre corpo e mente, o que torna Leandro “um rapaz bem equilibrado”, como revela também alguns procedimentos da construção do corpo masculino, observados historicamente. As informações apresentadas não surgem de maneira gratuita. Ao longo do século XIX, na Europa, a educação física, por meio da ginástica e outros esportes, foi se tornando prática constante, servindo não apenas como parte da higiene, como também elemento constitutivo da masculinidade. Particular, neste cenário, são as práticas desportivas na Inglaterra, lugar onde Leandro teve sua formação. Diferentemente da França, Itália e Alemanha, onde a ginástica esteve mais ligada à formação militar, entre os ingleses, a prática esportiva ganhou sentido explícito para a integração de indivíduos oriundos de classes sociais diferentes, numa coletividade, com isso, passando a ser constituinte do *gentleman*. Inserido nesse contexto, Leandro demonstrava perícia nos esportes. Tanto a esgrima, quanto a montaria, mais tradicionais, e mesmo

os jogos coletivos, muitos recém-criados, teriam sido instrumentos de formação da masculinidade, sendo recorrentes tanto em espaços de distração, quanto nos mais formais.

Menos afetiva e muito mais científica, todavia, é a descrição que Olímpia faz do corpo do genro. A sogra, que procurava um homem sem “a menor lesão, o menor vício de organismo ou de sangue, a menor deformidade física” (AZEVEDO, 1973, p. 91), encontra em Leandro um perfeito “rapagão”. Chama a atenção a perícia com que o corpo de Leandro é examinado pelo médico de confiança de Olímpia; nesta sequência narrativa, compõem todos os excessos da observação científica, metódica e criteriosa. O corpo do genro é praticamente necropsiado. Nada escapa aos olhos de César, que conclui ser Leandro uma representação exata de uma estátua grega (AZEVEDO, 1973, p. 98). E a comparação não parece ser despropositada. As estátuas gregas são o primeiro modelo de beleza masculina prescrito no ocidente. A rigidez e definição dos músculos, a disposição simétrica dos membros e a representação da força são características absorvidas pela masculinidade moderna. Não por acaso, Leandro é visto como a junção de Marte, deus grego da guerra justa, e Apolo, representante maior da beleza masculina. Destaca-se, ainda, a conclusão a que chega o médico: “Nem sei como, com a degeneração da raça latina e com a crescente depravação de costumes, ainda possa haver – no Brasil! – um môço

em semelhantes condições físicas! Verdade é que êle é da raça catalã” (AZEVEDO, 1973, p. 98). Vê-se, desta feita, a personificação do ideal físico masculino, baseado em um paradigma ficcional europeu, que iria recuperar as raízes germânicas do povo catalão, em detrimento das raízes latinas, decadentes – chama a atenção, ainda, que a verificação médica não observa nenhum traço de mestiçagem e, certamente, era isso que se procurava como índice de inferioridade ao candidato a marido.

Assim como o corpo, os aspectos formativos e morais de Leandro não escapam de Olímpia. A genealogia do rapaz demonstraria que suas virtudes não se traduziam apenas no corpo, mas também no espírito. Por Olímpia, Leandro é descrito como um homem de bom caráter, estimado, sem vícios e responsável. Percebemos, portanto, a preocupação dos narradores em dar relevo ao bom caráter moral, ao lado do físico exemplar.

Dessa maneira, podemos concluir que *Livro de uma sogra* constitui não como um quadro naturalista, fiel às teses de Taine ou ao modelo de Zola, mas como uma bem aprendida lição machadiana, para considerarmos o panorama literário de seu tempo e a presença já tutelar de Machado de Assis. A ironia do bruxo do Cosme Velho foi lição seguida por Azevedo e, certamente, levada ao paroxismo na medida em que não poupou críticas diretas às instituições sociais e culturais suas contemporâneas. Azevedo, como em

Dom Casmurro, se volta contra os procedimentos literários de seu tempo, resumidos nas variações do bovarismo tropical, na medida em que não condena a esposa, tampouco o marido, ou o amante, mas encontra brechas para a sobrevivência da instituição matrimonial, considerando as suas imperfeições. As estratégias sugeridas superam os paradigmas sedimentados pela literatura oitocentista e deixam clara a sua aproximação com as práticas sociais.

Casamento e adultério coexistem e, assim reconhecidos, se justapõem em nome da felicidade e equilíbrio social e, mais, a habilidade para o manejo dessas contradições é destinada à esposa e não aos agentes masculinos. Azevedo, assim, evidencia, em *Livro de uma sogra*, que a estrutura social daqueles anos era falaciosa e idealizada que, pela ironia, cumpria desestabilizar, não em nome de uma moral, mas por uma felicidade sempre adiada aos que se submetem às formalidades das instituições.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luis Felipe; RENAUX, Maria Luisa. Caras e Modos dos emigrantes e migrantes. ALENCASTRO, Luis Felipe (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*, 2 – Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 291-336.
- ALMEIDA, Leandro Thomaz de. *Literatura naturalista, moralidade e natureza*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2013.

ALMEIDA, Miguel Vale. Gênero, masculinidade e poder. Re-
vendo um caso ao sul de Portugal. *Anuário Antropológico*
(Tempo Brasileiro) (95), 1996. p. 161-190.

ALMEIDA, Miguel Vale. Masculinidade (verbete). In: MACE-
DO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (Orgs). *Dicionário da*
Crítica Feminista. Porto: Afrontamento, 2005. p. 122-123.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Estilo tropical: a fór-
mula do naturalismo brasileiro. In: ARARIPE JÚNIOR, T.A.
Obra Crítica, v. 2, 1888-1894. Rio de Janeiro: Casa de Rui
Barbosa/MEC, 1960, p.31-69.

AZEVEDO, Aluísio de. *Livro de uma sogra*. São Paulo: Mem
Martins; Brasília: INL, 1973.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subver-
são da identidade*. Tradução de Renato de Aguiar. Rio de
Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Ja-
neiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das
letras, 1987.

CASTRO, Hebe M. Matos de. Laços de família e direitos no
final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luís Felipe (Org.).
História da Vida Privada no Brasil, 2 – Império. São Paulo:
Companhia das Letras, 1997. p. 337-384.

CONNELL, Robert. Políticas da masculinidade. *Educação &*
Realidade, 20 (2), 1995, p. 185-206.

FANINI, Ângela Maria Rubel. Aluísio Azevedo carnaliza o
romance de tese em Livro de uma sogra. *Revista Tecnologia*
e Humanismo [Curitiba: UTFPR], 20(31), 2007, p. 107-119.

LUGARINHO, Mário César; NERY PEREIRA, Edson Salviano.
Masculinidades *fin de siècle*: a patologia do homem e da na-
ção em O barão de Lavos, de Abel Botelho. *Olho d'água* [São
José do Rio Preto], 12 (1), Jan.-Jun./2020, p. 1-32.

LUGARINHO, Mário César. Masculinidade e colonialismo:
em direção ao “homem novo” (subsídios para os estudos
de gênero e para os estudos pós-coloniais no contexto de
língua portuguesa). *Abril* (Nepa-UFF), 5 (10), 2013, p. 15-
38.

MOSSE, George. *La imagen del hombre: la creación moderna de la masculinidad*. Madrid: Talasa Ediciones, 2002.

PERROT, Michelle. A família triunfante. PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada*, 4 - Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 71-90.

THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. São Paulo: Letras & Letras, 1998.